

A evidenciação de passivos atuariais de empresas públicas federais e os fatores que influenciam essa contabilização

Lucas Kunstetter Leite

Orientador: Dr. Janilson Antonio da Silva Suzart

Coletânea de Pós-Graduação, v.1 n.9
Auditoria Financeira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

José Mucio Monteiro (Presidente)

Ana Arraes (Vice-presidente)

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

DIRETOR GERAL

Fábio Henrique Granja e Barros

**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Clémens Soares dos Santos

CONSELHO ACADÊMICO

Maria Camila de Ávila Dourado
Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra
Marcelo da Silva Sousa
Rafael Silveira e Silva
Pedro Paulo de Moraes

COORDENADOR ACADÊMICO

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

COORDENADOR EXECUTIVO

Georges Marcel de Azeredo Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Núcleo de Comunicação - NCOM/ISC

PÓS-GRADUAÇÃO EM AUDITORIA FINANCEIRA

A evidenciação de passivos atuariais de empresas públicas federais e os fatores que influenciam essa contabilização.

Lucas Kunstetter Leite

Orientador(a):

Dr. Janilson Antonio da Silva Suzart

Resumo

Os passivos atuariais surgem a partir de benefícios concedidos a empregados, como os planos de benefício definido, que podem assumir riscos atuariais e riscos de investimentos. A partir desse contexto, o presente trabalho buscou fatores que influenciam o reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais. Entre outros aspectos que podem dificultar a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas, foi avaliada a dependência de recursos, que revela a dependência de vários tipos de recursos ou insumos, sem os quais a atuação das organizações fica prejudicada. Além disso, também foram avaliados de que forma os mecanismos de governança das entidades afetam a contabilização dos passivos atuariais. Para atingir o objetivo principal desta pesquisa, foram escolhidas as técnicas de Regressão Logística e Análise de Correspondência. Os resultados indicaram o mecanismo de governança como único aspecto capaz de influenciar significativamente a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas, ou seja, entidades com melhores níveis de governança têm maior probabilidade de divulgar informações sobre seus passivos atuariais.

Palavras-chave: Passivo atuarial. Dependência de Recursos. Governança. Evidenciação.

Abstract

Actuarial liabilities arise from benefits granted to employees, such as defined benefit plans, which may assume actuarial risks and investment risks. From this context, the present paper looked for factors that influence the recognition of the actuarial liabilities in Brazilian Federal Governmental Companies. Among other aspects that may hinder the disclosure of actuarial liabilities by governmental companies, the dependence of resources was evaluated, which reveals the dependence of various types of resources or inputs, without which their performance of organizations is impaired. In addition, it was also evaluated how the entities' governance mechanisms affect the accounting of actuarial liabilities. To achieve the main objective of this research, the techniques of Logistic Regression and Correspondence Analysis were chosen. The results indicated the governance mechanism as the only aspect capable of significantly influencing the disclosure of actuarial liabilities by governmental companies, that is, entities with better levels of governance are more likely to disclose information about their actuarial liabilities.

Keywords: Actuarial liabilities. Resource Dependency. Governance. Disclosure.

Resumen

Los pasivos actuariales surgen a partir de beneficios concedidos a empleados, como los planes de beneficio definido, que pueden asumir riesgos actuariales y riesgos de inversión. A partir de ese contexto, el presente estudio buscó factores que influencian el reconocimiento de los pasivos actuariales en las Empresas Públicas Federales Brasileñas. Entre otros aspectos que pueden dificultar la evidencia de pasivos actuariales por parte de las empresas públicas, se evaluó la dependencia de recursos, que revela la dependencia de varios tipos de recursos o insumos, sin los cuales la actuación de las organizaciones queda perjudicada. Además, también se evaluaron de qué forma los mecanismos de gobernanza de las entidades afectan la contabilización de los pasivos actuariales. Para alcanzar el objetivo principal esta investigación, fueron elegidas las técnicas de Regresión Logística y Análisis de Correspondencia. Los resultados indicaron el mecanismo de gobernanza como único aspecto capaz de influir significativamente en la divulgación de pasivos actuariales por parte de las empresas públicas, es decir, entidades con mejores niveles de gobernanza tienen mayor probabilidad de divulgar informaciones sobre sus pasivos actuariales.

Palabras Clave: Pasivo actuarial. Dependencia de recursos. Gobernabilidad. Divulgación

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. PLATAFORMA TEÓRICA.....	10
2.1 TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS	10
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
2.3 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PASSIVO ATUARIAL	15
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
Referências	27

1. INTRODUÇÃO

A contabilização do passivo atuarial (em resumo, se trata de déficits na contabilização de planos de pós emprego que podem alterar o resultado das entidades) é assunto novo no âmbito da Administração Pública. Por exemplo, desde de 2008, foram realizadas mudanças importantes na contabilização da situação patrimonial da União, como o reconhecimento das rodovias e estradas federais como ativos de infraestrutura, em 2012; o reconhecimento das provisões matemáticas atuariais (passivo atuarial) relacionado ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em 2014; e a constituição de provisões para atender às demandas judiciais contra à União, em 2015. Além dessas novidades impostas à contabilização, o reconhecimento de passivo atuarial é tema complexo por envolver entre outros aspectos, taxas de desconto, previsão de reajuste de salários, inflação, tábuas de mortalidade e expectativa de retorno para os ativos.

Além da complexidade do tema, há uma questão social importante dos passivos atuariais, pois pode alterar significativamente a aposentadoria de milhares de pessoas, o que causa inúmeros problemas tanto de ordem pública quanto privada.

O foco deste artigo é o reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais, conforme CPC 33 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012).

Apesar da instituição de normas com o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário (Emendas Constitucionais 20/98, 41/03 e 47/05), grande parte dos RPPS dos entes da federação apresentam expressivos déficits atuariais, o que modifica a situação patrimonial desses atores (NOGUEIRA, 2011). Da mesma maneira, várias empresas públicas, controladas por entes da federação, também apresentam déficit atuarial devido à existência de planos de benefícios a empregados deficitários.

Dentre outros, um aspecto que pode dificultar a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas é a dependência de recursos dos entes controladores. Essa dependência pode ser relacionada a recursos financeiros, a insumos ou a clientes exclusivos. Outro aspecto capaz de prejudicar o reconhecimento dos passivos atuariais é a fragilidade em mecanismos de governança das empresas públicas.

Diante do exposto, essa pesquisa apresenta a seguinte questão: quais os fatores que influenciam o reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais? Ademais, este artigo tem por objetivo geral: identificar os principais fatores capazes de influenciar o reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais. E como objetivo secundário: identificar o impacto do não reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais e nas demonstrações contábeis da União.

O presente artigo, além desta introdução, conta com mais quatro seções. A próxima seção traz a plataforma teórica, seguida dos aspectos metodológicos. Na quarta se-

ção é apresentada a análise dos resultados e por fim são realizadas as considerações finais com sugestões de pesquisas futuras.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS

A Teoria da Dependência de Recursos, baseada nas discussões de Pfeffer e Salancik, (1978), pressupõe que decisões das organizações são tomadas com base no ambiente em que estão inseridas, podendo, inclusive, influenciá-lo de forma ativa. O modelo de dependência parte da proposição de que organizações não são capazes de gerar internamente todos os recursos para se manterem e, portanto, devem entrar em transações e relações com elementos no ambiente que podem fornecer os insumos necessários à sua sobrevivência. Ou seja, para obter recursos que não podem ser gerados internamente, as organizações realizam trocas com terceiros no ambiente para geração e manutenção de recursos necessários à sua atuação (ALDRICH e PFEFFER, 1976).

Essa abordagem teórica expõe que a forma como as entidades captam recursos vitais para sua sobrevivência e a forma como se relacionam com seus stakeholders varia conforme os interesses específicos dos administradores das organizações. Dessa forma, conforme essa teoria, as organizações conseguem alterar o ambiente no qual estão inseridas a partir de seus interesses privados, captando recursos vitais para a tomada de decisão. Entretanto, nenhuma organização tem a capacidade de ser autossuficiente em relação aos recursos de que necessita, sendo dependente de recursos externos em algum elemento (PFEFFER e SALANCIK, 1978)

Outro aspecto sobre a Teoria da Dependência de Recursos é que a organização depende de vários tipos de recursos ou insumos, sem os quais sua atuação fica prejudicada. Desse modo, os administradores atuam de forma antecipada aos problemas enfrentados pelas organizações, no intuito de acessar recursos indispensáveis às atividades desempenhadas e à sobrevivência das organizações. Assim, o gerenciamento das relações externas é a chave para a sobrevivência organizacional, fortemente influenciada pelas forças externas (ALDRICH e PFEFFER, 1976; PFEFFER e SALANCIK, 1978).

Seguindo essa linha da dependência de recursos, a atuação dos gestores envolveria o controle e a posse de recursos estratégicos para as atividades organizacionais, representando a busca por condições necessárias ao exercício legítimo do poder. Além do mais, a perspectiva da dependência de recursos demonstra certo enfrentamento de ameaças externas e da falta de recursos, além de ressaltar o aspecto político e interorganizacional do processo de aquisição desses recursos (ALDRICH e PFEFFER, 1976).

Segundo a abordagem em tela, os recursos dos quais as organizações dependem podem ser financeiros, físicos, humanos ou organizacionais (BARNEY e HESTERLY, 2004).

Destaca-se que as organizações procuram adquirir recursos da forma mais eficiente possível, seja por meio de produção própria, seja por meio de aquisição no mercado. Nesse sentido, a ausência de recursos financeiros para o financiamento de atividades, a escassez de matérias primas para produção e a falta de funcionários com competências suficientes para atender as necessidades organizacionais são situações que limitam a atuação das organizações. Em algumas circunstâncias, recursos humanos ou operacionais indispensáveis para a organização podem até mesmo estar disponíveis apenas em outras companhias. Dessa forma, cabe aos administradores buscar meios de acessar esses recursos, de modo a adicioná-los às suas companhias (SILVEIRA, 2015)

Nessa esteira, Pfeffer e Salancik, (1978), apresentam três fatores críticos na determinação da dependência externa de uma organização em relação a outra. Primeiro, existe a importância do recurso, que é indispensável para a organização continuar suas operações. O segundo é a prudência na alocação e uso dos recursos e insumos. E o terceiro são as poucas alternativas existentes para a captação de recursos. Nesse contexto, pressupõe-se que as empresas públicas federais dependentes de recursos se enquadram nos critérios de dependência externa em relação a outra organização, já que dependem de recursos financeiros para pagamento de pessoal, necessitam de alocação e uso dos recursos eficientes e não possuem muitas alternativas para a captação de recursos.

No Brasil, o conceito fiscal pode conduzir a uma certa confusão, quando da denominação de uma empresa estatal como dependente. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. As demais são consideradas independentes, sob a ótica fiscal.

Contudo, sob a ótica da Teoria da Dependência de Recursos, verifica-se que as empresas estatais podem apresentar, em grande parte dos casos, além da dependência de recursos financeiros, outros tipos de dependência, por exemplo, dependência de insumos, devido à existência fornecedores exclusivos em suas atividades, ou a dependência de clientes exclusivos. Em ambos os exemplos, o Estado pode ser esse fornecedor ou cliente exclusivo, mesmo que a empresa seja considerada independente, do ponto de vista fiscal.

Observa-se, também, que as empresas estatais podem possuir grande dependência organizacional no que se refere à utilização de instalações físicas, cedidas pelo ente público controlador. Ademais, várias empresas estatais podem apresentar dependência de tecnologias de informação e comunicação.

Nota-se que a dependência de recursos não se resume apenas à questão fiscal. Uma empresa considerada independente, sob a ótica fiscal, pode ser dependente de recursos do seu ente controlador. Pode, também, existir empresas que sejam independentes do seu ente controlador, tanto sob a ótica fiscal, quanto sob a ótica de dependência de recursos. Desse modo combinando-se ambas as óticas, pode-se classificar as empresas estatais em quatro grupos: (i) dependentes fiscal e de recursos; (ii) dependentes fiscalmente, mas independentes de recursos; (iii) independentes fiscalmente, mas dependentes de recursos; e (iv) independentes fiscalmente e de recursos.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa representa a forma como as organizações são dirigidas e controladas, incluindo a relação entre seus principais atores: acionistas e gestores. O conflito de agência surge quando os gestores tomam decisões no âmbito das organizações no intuito de elevar sua utilidade pessoal e não a geração de riqueza dos proprietários (SILVEIRA, 2004).

Da relação entre principal e agente ocorre certa assimetria de informações, pois o agente tem acesso a dados que o principal não tem e vice-versa, o que auxilia a compreensão de que as pessoas têm interesses diferentes e cada um busca maximizar seus próprios objetivos. Dessa forma, surge a governança corporativa na busca de minimizar os conflitos entre acionistas e agentes (SILVEIRA, 2004).

É importante destacar a definição de governança corporativa apresentada pelo IBGC (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2009):

[...] sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle.

Alguns momentos históricos marcaram a evolução e a necessidade da governança corporativa, entre os quais, podem ser citados (SILVEIRA, 2015):

- **A mudança no debate sobre o propósito das companhias (1970):** os acionistas eram os donos das empresas, sendo a única responsabilidade social de uma companhia a elevação de seus lucros;
- **A teoria da representação – *agency theory* (1976):** A teoria da representação (*agency theory*) se baseia na separação de papéis que existe nas sociedades por ações entre representantes (*agents*), encarregados de tomar as decisões de negócios, e os representados (*principals*). A teoria mostra que o representante nem sempre agirá no melhor interesse do representado;

- **O foco na geração de valor para o acionista (1981):** Diante da pressão sofrida por empresas norte americanas em virtude de resultados ruins, surge o conceito do “valor para o acionista” (*shareholder value*) como objetivo a ser perseguido pelos administradores;
- **Aquisições hostis, mecanismos defensivos e ativismo dos investidores institucionais (1984):** A má situação do ambiente empresarial norte-americano no início da década de 1980 resultante da concorrência japonesa, associada à recessão do país, fez com que o modelo de governança de suas companhias passasse a ser cada vez mais percebido como ineficiente e carente de mudanças estruturais. Com isso se iniciou uma onda de aquisições hostis (*hostile takeovers*) com o objetivo de aumentar o valor das companhias por meio de reestruturações empresarias;
- **Relatório Cadbury (1992):** O relatório Cadbury é considerado o primeiro código de boas práticas de governança do mundo. O nome pelo qual o documento ficou conhecido é uma homenagem a Adrian Cadbury, presidente da comissão responsável por sua elaboração;
- **Princípios de Governança Corporativa da OCDE (1999):** A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou as primeiras diretrizes de governança corporativa com escopo global;
- **A onda de escândalos empresariais (2001-2002) e a lei Sarbanes-Oxley:** Uma onda de escândalos empresariais envolvendo grandes companhias norte-americanas e europeias deixou claro que a governança corporativa precisava ser substancialmente aprimorada em todo o mundo. A série de fraudes empresariais começou nos Estados Unidos em 2001 com o escândalo da Enron, até hoje considerado o caso mais emblemático de governança. No mesmo período, outras companhias renomadas do mercado, como WorldCom, Tyco, Dynergy e Xerox, também vieram a público reconhecer a existência de números inflacionados. A busca pela recuperação da confiança dos investidores – elemento central de uma economia muito dependente do mercado acionário – levou a uma rápida e ampla resposta legislativa, com a aprovação, em julho de 2002, da lei Sarbanes-Oxley (SOX); e
- **A crise financeira global (2008):** A crise resultou na insolvência de dezenas de bancos norte-americanos e europeus, além do aporte bilionário de recursos públicos para salvar instituições financeiras globais de grande porte. A comissão de inquérito sobre a crise financeira do governo norte-americano concluiu, em seu relatório final de janeiro de 2011, que “falhas dramáticas de governança corporativa e de gestão de riscos em muitas instituições financeiras sistemicamente importantes foram causa central da crise”.

Em relação à Governança corporativa no Brasil, verifica-se uma configuração no mercado de capitais brasileiro composto por empresas estatais, companhias multinacionais e grupos familiares liderados por empreendedores locais, muitas vezes bem conectados politicamente. Estes grupos familiares tornaram-se a base do modelo de governança no Brasil e, dessa maneira, criou-se uma barreira a novos concorrentes, diminuindo a necessidade de as empresas buscarem melhores práticas de governança como meio de melhorar sua competitividade e produtividade (SILVEIRA, 2015).

No Brasil, observa-se que as empresas brasileiras possuem estrutura de propriedade bastante concentrada na figura de um acionista controlador. Por outro lado, as grandes empresas norte-americanas apresentam estrutura de propriedade pulverizada, isto é, com a presença de muitos acionistas (SILVEIRA, 2004).

Ainda nesse contexto de governança no Brasil, verifica-se que os trabalhos realizados sobre a estrutura acionária de companhias nacionais relacionados com seu desempenho demonstraram que a concentração acionária se associa a um maior valor relativo da companhia até certo ponto, do qual em diante a concentração passa a se mostrar excessiva e relacionada a uma redução no valor de mercado das companhias. Ademais, outros trabalhos brasileiros também concluíram que a existência de acionistas controladores com excessivo poder de voto tende a ser associada a um menor valor de mercado das companhias (SILVEIRA, 2015).

No que se refere à boa governança no setor público, Pereira (2010) pondera que, entre outras ações, é importante uma gestão estratégica, gestão política e gestão da eficiência, eficácia e efetividade. É por meio de uma gestão estratégica que se torna viável criar valor público ou atender de forma efetiva e tempestiva as demandas ou carências da população que sejam politicamente desejadas. Já com a gestão política, pode-se buscar a obtenção da legitimidade junto aos políticos e a população. A gestão da eficiência, eficácia e efetividade é a forma de usar adequadamente os instrumentos disponíveis para tornar viável uma boa governança.

Em relação à governança nas empresas estatais brasileiras, Silveira (2015) destaca a importância da aplicação de boas práticas de governança devido ao peso das empresas estatais na composição do Ibovespa – aproximadamente um quinto em janeiro de 2018-, além do risco de eventuais ineficiências nas estatais causarem prejuízos à cadeia produtiva brasileira, visto que essas empresas, na grande maioria, pertencem a setores estratégicos e de infraestrutura como os de energia, petróleo, transportes, saneamento e financeiro. Ademais, entre os principais riscos das estatais, destacam-se:

- a interferência indevida ou excessiva do Estado no papel de controlador;
- a baixa pressão por elevada eficiência operacional em função da ausência da possibilidade de falência e de aquisição;

- a diluição da responsabilização pelas decisões tomadas, tendo em vista que as estatais estão sujeitas a uma cadeia complexa de agentes para suas decisões (como executivos, conselheiros, secretários de estado, ministros e governo); e
- a dificuldade da manutenção da continuidade administrativa, tendo em vista que as estatais tendem a passar por uma “mudança” do controlador a cada quatro ou oito anos.

Por fim, analisando-se a governança corporativa e sua relação com a teoria da dependência de recursos, verifica-se a importância do papel do conselho de administração e dos conselheiros externos, que devem ser vistos primordialmente como fonte de acesso a recursos vitais para o sucesso da companhia, como governo, credores, fornecedores, clientes, entre outros. Conforme Silveira (2015), a indicação de conselheiros com bom trânsito no governo poderia ajudar a companhia a mitigar seus riscos regulatórios, assim como reforçar seu peso político para alcançar objetivos.

No caso das empresas estatais, a existência de um controlador majoritário, seja na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com ampla dominação sobre recursos essenciais ao funcionamento dessas empresas pode causar efeitos negativos relacionados à governança corporativa. Um dos principais efeitos negativos é o chamado efeito-entrenchamento (CAIXE e KRAUTER, 2013), que ocorre quando, com certa concentração de propriedade, os grandes acionistas passam a perseguir benefícios privados, muitas vezes distintos dos benefícios que a organização persegue, oriundos de seu poder de controle, o que pode causar prejuízos à boa governança.

2.3 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PASSIVO ATUARIAL

Analisando-se a relação da dependência de recursos e dos mecanismos de governança corporativa, verifica-se a possibilidade de que determinada dependência de recursos possa causar prejuízos à boa governança. Entre outros prejuízos, uma empresa estatal pode diminuir seus incentivos de divulgar informações, o que prejudica a boa governança, no intuito de melhorar seus resultados perante seu controlador. Destacam-se entre vários temas passíveis de divulgação e evidenciação a importância da transparência dos benefícios a empregados e do passivo atuarial das empresas estatais.

Benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012). Os benefícios a empregados incluem:

- **Benefícios de curto prazo a empregados:** são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após

o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.

- **Benefícios pós-emprego:** são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego.
- **Outros benefícios de longo prazo aos empregados:** são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.
- **Benefícios rescisórios:** são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de (a) decisão da entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

É importante destacar que todos os benefícios a empregados devem ser reconhecidos e mensurados. Não obstante, os benefícios pós-emprego possuem características peculiares, isto é, classificam-se como planos de contribuição definida ou de benefício definido, dependendo da essência econômica do plano decorrente de seus principais termos e condições.

Conforme o CPC 33 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012), planos de contribuição definida são planos nos quais a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

Já os planos de benefício definido dispõem que a obrigação da entidade patrocinadora ou empregadora é a de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados, assumindo o risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012). Caso a experiência atuarial ou de investimento seja pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser elevada.

Dessa maneira, consoante CPC 33 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012), a contabilização dos planos de contribuição definida é direta, não sendo necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, sem possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Já a contabilização dos planos de benefício definido é complexa, pois são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação

e a despesa do plano, bem como a possibilidade de ganhos e perdas atuariais. Dessa forma, podem ocorrer déficits ou superávits na contabilização de planos de benefício definido, o que pode alterar o resultado das entidades. Ademais, o pagamento dos benefícios concedidos depende não somente da situação financeira e do desempenho dos investimentos do fundo, mas também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo.

Voltando à discussão sobre a dependência de recursos e a governança corporativa, uma empresa estatal pode não ter incentivos em evidenciar perdas atuariais sobre seus benefícios a empregados em algumas situações.

Na hipótese de a entidade ser independente do ponto de vista fiscal, por exemplo, o reconhecimento do passivo atuarial poderá causar necessidade de aportes de capital do seu ente controlador. Sob outro aspecto, a má governança de uma empresa estatal pode dificultar a evidenciação de perdas atuariais sobre seus benefícios a empregados, o que dificulta o atingimento dos objetivos da entidade.

As empresas estatais dependentes, tanto do ponto de vista fiscal, quanto de recursos, podem não serem incentivadas a aprimorar a sua governança, visto que na maioria das vezes, pertencem integralmente a um único ente público. Assim, não haveria acompanhamento por parte do ente controlador das divulgações feitas por essas entidades, pois elas já estão inseridas em seu orçamento fiscal.

Nesse contexto, surge a seguinte hipótese: a dependência de recursos ou problemas em mecanismos de governança influenciam a divulgação de benefícios a empregados e o reconhecimento de passivos atuariais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A população em estudo foi formada pelas empresas diretamente controladas pelo governo federal brasileiro, que em dezembro de 2018, alcançaram o número de 46, de acordo com o 8º Boletim das Empresas Estatais Federais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2018). Para as análises, serão avaliadas essas 46 empresas, em relação às demonstrações contábeis relativas ao ano de 2017. Na sequência são apresentadas as empresas públicas federais analisadas, diferenciando as empresas dependentes das independentes em relação ao aspecto fiscal.

Quadro 1 - Empresas públicas federais analisadas

1	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amzul	24	Caixa Econômica Federal - Caixa
2	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec	25	Casa da Moeda do Brasil - CMB
3	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	26	Ceagesp - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
4	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	27	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas
5	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	28	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
6	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	29	Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba
7	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	30	Companhia Docas do Ceará - CDC
8	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31	Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa
9	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	32	Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp
10	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	33	Companhia Docas do Pará - CDP
11	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	34	Companhia Docas do Rio De Janeiro - CDRJ
12	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	35	Companhia Docas do Rio Grande Do Norte - Codern
13	Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	36	Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
14	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - GHC	37	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
15	Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	38	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás
16	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	39	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
17	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep	40	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev
18	Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	41	Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron
19	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	42	Empresa Gestora de Ativos - Emgea
20	Banco da Amazônia S.A. - Basa	43	Financiadora de Estudos e Projetos - Finep
21	Banco do Brasil S.A. - BB	44	Petróleo Brasileiro s.a. - Petrobras
22	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	45	Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Empresas Dependentes	Empresas Independentes
----------------------	------------------------

Inicialmente foram coletadas as demonstrações contábeis e outras informações nos sítios eletrônicos das empresas que compuseram a amostra. Buscou-se coletar informações sobre os benefícios a empregados (em especial sobre os benefícios pós-emprego), os mecanismos de governança corporativa e a dependência de recursos.

Para atingir o objetivo principal desta pesquisa, foram escolhidas as técnicas de: (i) regressão logística; e (ii) análise de correspondência.

De acordo com Marôco (2018), a regressão logística objetiva modelar a ocorrência de um evento em razão de probabilidades. A variável dependente escolhida foi a divulgação ou não do passivo atuarial (pas), um dos tipos de benefícios pós-emprego. Quando a empresa divulga a informação, a variável assume o valor de um e, quando não, assume o valor de zero.

O modelo regressivo utilizado é apresentado nas equações a seguir:

$$y = \beta_0 + \beta_1 \text{dep} + \beta_2 \text{val_pas} + \beta_3 \text{gov} + \beta_4 \ln(\text{at}) + e \quad (1)$$

$$\text{Prob}(\text{pas}_i = 1) = (e^{y_i}) / (1 + e^{y_i}) \quad (2)$$

Onde:

- pas (passivo atuarial): Divulgação ou não do passivo atuarial pela empresa i;
- dep_rec (dependência de recursos): Identifica se a empresa é dependente de recursos (valor igual a um) ou não (valor igual a zero) em relação ao ente controlador;
- val_pas (valor do passivo atuarial): Valor do passivo atuarial da empresa i;
- gov (nível de governança corporativa): Nível de governança corporativa, cálculo em instrumento adaptado de Motta, Silveira e Borges (2006); e
- at (ativo total): Ativo total da empresa i, utilizado em sua forma logarítmica.

Para a identificação da dependência de recursos (dep_rec) foram consideradas pelo menos uma das seguintes situações: (i) a empresa apresentou prejuízo nos últimos três exercícios e recebeu aportes de recursos do governo federal; (ii) o principal cliente da empresa é o governo federal; e (iii) o principal fornecedor da empresa é o governo federal.

Para calcular o nível de governança corporativa foi adaptado o instrumento utilizado por de Motta, Silveira e Borges (2006). De acordo como os autores, um sistema de governança corporativa pode ser avaliado a partir de cinco dimensões: (i) propriedade, (ii) representação dos proprietários, (iii) gestão, (iv) fiscalização, e (v) ética e cidadania.

Como as variáveis do instrumento eram qualitativas, foi utilizada a análise de correspondência (ANACOR) para transformar os dados obtidos sobre as práticas de governança corporativa, em uma proxy quantitativa do nível de governança.

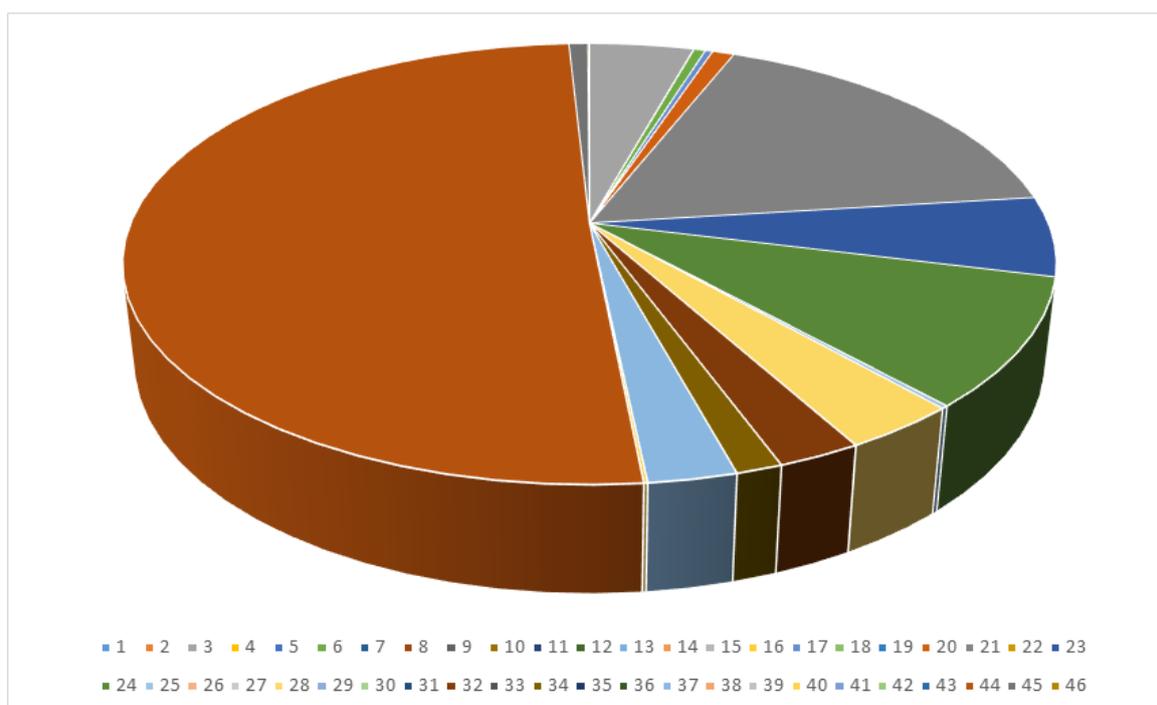
Foram consideradas as configurações sugeridas por Marôco (2018) para a realização dos testes estatísticos. Esses testes foram efetuados com o auxílio do aplicativo Stata®, versão 14.0.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foram realizadas as buscas pelas informações que seriam utilizadas na presente pesquisa. As informações foram obtidas nos sítios eletrônicos oficiais das empresas e, quando necessário, nos sítios eletrônicos dos planos de previdência.

Em relação à divulgação do Passivo Atuarial das empresas analisadas, verificou-se que 50% (23) delas divulgam esse tipo de informação. Além disso, observa-se que os maiores valores de passivos atuariais evidenciados se encontram nas maiores empresas analisadas, a saber, Petrobrás, Banco do Brasil e Eletrobrás, que juntas somam o montante de aproximadamente R\$ 49 bilhões de passivo atuarial. Segue gráfico com a distribuição do passivo atuarial das 46 empresas analisadas:

Gráfico 1 - Distribuição do passivo atuarial das 46 empresas analisadas.

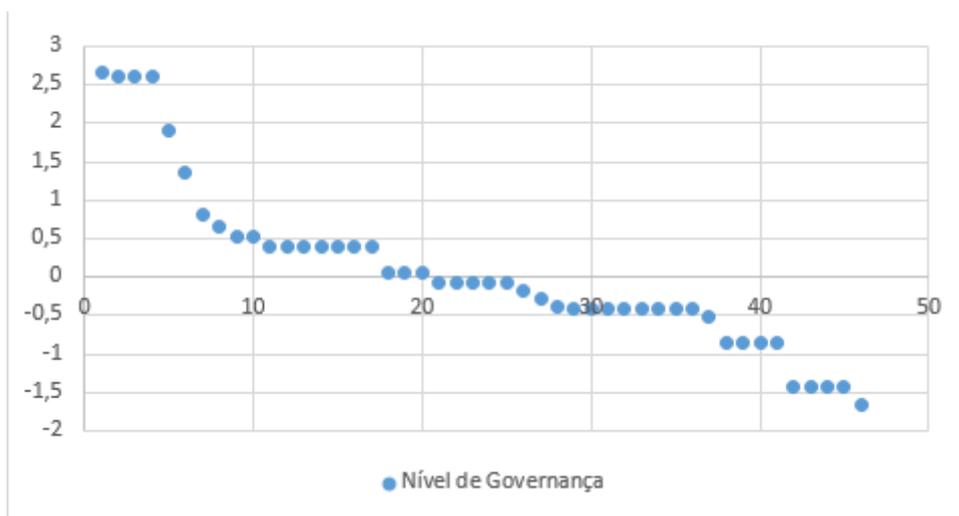


Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Quanto à dependência de recursos, verificou-se que a maioria das empresas (40) possui algum nível de dependência com seu controlador, seja (i) prejuízo nos últimos três exercícios ou aportes de recursos do governo federal, (ii) o principal cliente da empresa é o governo federal; ou (iii) o principal fornecedor da empresa é o governo federal.

No que se refere ao nível dos mecanismos de governança, utilizou-se a análise de correspondência para calcular o indicador de governança das empresas analisadas. A análise permitiu averiguar que 26 empresas possuem níveis de governança fracos ou insuficientes, ao passo que 20 empresas demonstram bons níveis para seus mecanismos de governança. Entre os aspectos avaliados, encontram-se análises acerca da: (i) propriedade das empresas; (ii) representação desses proprietários; (iii) gestão das empresas; (iv) fiscalização exercida por conta dos proprietários; e (v) ética de negócios e cidadania corporativa dessas empresas. O gráfico abaixo apresenta em detalhes a distribuição dos níveis de governança avaliados.

Gráfico 2 - Distribuição dos níveis de governança avaliados



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Por fim, foram levantados os Ativos Totais das empresas públicas em questão. Dessa forma, observou-se que entre as companhias controladas pelo Executivo Federal existem empresas de vários portes. Por exemplo, podemos verificar empresas que se encontram entre as maiores companhias brasileiras em 2017, como é o caso da Petrobrás (Ativo Total: R\$ 831 bilhões) e Banco Brasil (Ativo Total: R\$ 1,3 Trilhão), assim como empresas menores, como foi observado no caso das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas (Ativo Total: R\$ 4,4 milhões) e da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – Amazul (Ativo Total: R\$ 29 milhões).

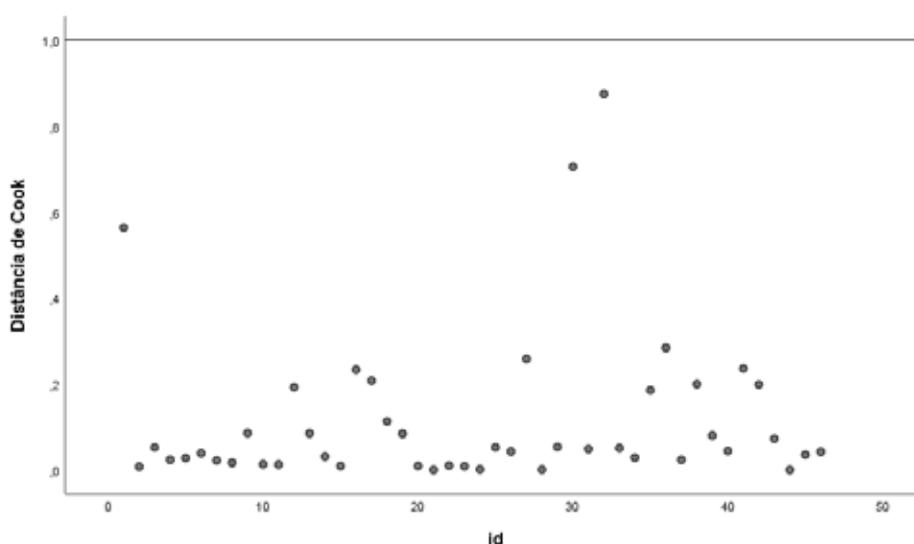
Seguindo a análise dos resultados, outra técnica implementada foi a de regressão logística, que consistiu, a partir de técnica estatística, produzir, por meio de um conjunto de observações, um modelo para prever valores tomados por uma variável

categorica, binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas ou binárias. É importante destacar que a regressão logística foi realizada por meio da função de ligação logit e utilizou-se 10% de nível de significância para seus resultados.

Na tabela em sequência, apresentam-se os resultados da pesquisa, de acordo com a técnica de regressão logística.

Tabela 1 – Resultados da regressão logística

Regressão Logística (Observações utilizadas = 46)				
Omnibus Estatística [Probabilidade]	Pseudo R ²		Hosmer-Lemeshow Estatística [Probabilidade]	
	Cox & Snell	Nagelkerke		
17,798 [0,000]	0,321	0,428	4,333 [0,741]	
Variável	Coefficiente	Estatística Z [Probabilidade]	Razão de chances (Odds ratio)	
dep	-1,030	-1,38 [0,168]	0,357	
val_pas	6,28x10-10	1,09 [0,276]	1,000	
gov	0,975	1,82 [0,069]	2,651	
ln_at	0,022	0,42 [0,673]	0,053	
Sensitividade	Especificidade	Curva ROC	Classificação correta Modelo final	Classificação Maior categoria
69,57%	86,96%	0,811	78,36%	87,30%
Distância de Cook				



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O teste de significância (Omnibus) tem como objetivo identificar se há coeficientes estatisticamente significativos. Esse teste resultou em uma probabilidade inferior a 0,001, implicando que pelo menos um dos coeficientes seria significativo. O teste de Hosmer-Lemeshow é um exame sobre a qualidade do ajuste do modelo estimado. O teste resultou em uma probabilidade 0,741, indicando que o modelo logístico estimado possui um bom ajuste.

As estatísticas de Pseudo-R² alcançaram os valores de 0,321 e 0,428, respectivamente no formato proposto por Cox e Snell e Nagelkerke, indicando que outras variáveis que não foram adicionadas ao modelo regressivo podem ter a capacidade de influenciar a divulgação ou não do passivo atuarial. Isso é natural, pois o modelo apenas considerou aspectos relacionados com a dependência de recursos e nível de governança, para tentar explicar tal divulgação.

De acordo com o teste Z, apenas a variável nível de governança (gov) foi significativa a um nível de 10%.

Em relação às capacidades preditivas do modelo, esse apresentou uma sensibilidade (capacidade de classificar corretamente os valores não-nulos, ou seja, as empresas que divulgaram) de 69,57% e uma especificidade (capacidade classificar corretamente os valores nulos, isto é, as empresas que não divulgaram) de 86,96%.

Em uma visão geral, o modelo conseguiu acertar a classificação em 78,36% dos casos analisados. Esse valor é superior em 28,36 pontos percentuais da probabilidade de classificação ao acaso (que é de 50%). A área sob a curva ROC alcançou o valor de 0,811, indicando que a capacidade preditiva do modelo é boa.

Nesse contexto, verificou-se que o único aspecto capaz de influenciar significativamente a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas foi o mecanismo de governança, a um nível de significância de 10%. Esse resultado vai ao encontro da fundamentação teórica acerca de mecanismos de governança, já que a governança corporativa surge na busca de minimizar os conflitos entre acionistas e agentes (SILVEIRA, 2004), e a evidenciação de passivos atuariais pode gerar conflitos entre proprietários e gestores.

Conforme mencionado anteriormente, Silveira (2015) pondera acerca da importância da boa governança nas empresas estatais brasileiras para mitigar o risco de eventuais ineficiências nas estatais causarem prejuízos à cadeia produtiva brasileira, visto que essas empresas, na grande maioria, pertencem a setores estratégicos e de infraestrutura como os de energia, petróleo, transportes, saneamento e financeiro. Dessa forma, os baixos níveis de governança nas empresas analisadas podem causar inconsistências na divulgação de passivos atuariais, dificultando o atingimento dos objetivos da entidade.

A validação dos mecanismos de governança como aspecto capaz de alterar a forma como as empresas públicas evidenciam seus passivos atuariais se mostra coerente com os resultados de uma boa governança. Isto é, embora as empresas públicas tenham riscos de, por exemplo, interferência excessiva do controlador e baixa pressão por elevada eficiência operacional, a implantação de bons mecanismos de governança influenciou a evidenciação dos passivos atuariais analisados. Ainda nesse sentido, na hipótese de algum agente público tiver interesse em não divulgar os passivos atuariais de alguma empresa pública, os mecanismos de governança dificultarão tal conduta.

Acerca da dependência de recursos, o coeficiente estimado não foi significativo, logo a dependência não se mostrou relevante para alterar a probabilidade de evidenciação dos passivos atuariais das empresas avaliadas. Em que pese as empresas estatais apresentarem, em grande parte dos casos (40), além da dependência de recursos financeiros, outros tipos de dependência, por exemplo, dependência de insumos, devido à existência fornecedores exclusivos em suas atividades, ou a dependência de clientes exclusivos (ALDRICH e PFEFFER, 1976), esse aspecto não influenciou as evidenciações de passivos atuariais.

É interessante ponderar que a dependência de recursos leva a gestão de empresas a agir conforme são os interesses específicos dos administradores dessas organizações. Dessa maneira, era esperado que a dependência de recursos alterasse a validação desse trabalho. Entretanto, tal expectativa não se confirmou, o que leva a crer que o fato de quase a totalidade das empresas avaliadas (40) terem apresentado algum tipo de dependência pode ter tendenciado a análise técnica, que acabou por desconsiderar a relevância desse aspecto. Não obstante, vale registrar que a dependência de recursos ainda é relevante para o contexto geral dessa pesquisa.

No que diz respeito ao valor dos passivos atuariais das empresas analisadas, verificou-se, também, a pouca capacidade desse aspecto em influenciar a contabilização desses passivos atuariais. Não obstante o CPC 33 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012) dispor sobre a importância de se divulgar seus benefícios a empregados, principalmente os benefícios definidos, no que diz respeito ao risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e ao risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados), o montante dos passivos atuariais das empresas analisadas não influenciou o resultado da regressão logística realizada.

Outro aspecto que não obteve influência significativa na evidenciação dos passivos atuariais, de acordo com a regressão logística realizada, foi o valor do Ativo das empresas avaliadas.

Por fim, é interessante ressaltar que a hipótese dessa pesquisa não se validou com todos os aspectos apresentados. No caso, foi avaliado se dependência de recursos

ou problemas em mecanismos de governança influenciam a divulgação de benefícios a empregados e o reconhecimento de passivos atuariais. Dessa forma, os mecanismos de governança apresentaram influência na evidenciação dos passivos atuariais. Por outro lado, embora tenham sido apresentadas as limitações que a dependência de recursos acarreta às entidades, a dependência de recursos não se mostrou capaz de influenciar a decisão sobre a evidenciação dos passivos atuariais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de se verificar quais os fatores que influenciam o reconhecimento dos passivos atuariais nas Empresas Públicas Federais, a presente pesquisa analisou aspectos que poderiam dificultar a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas, entre eles, a dependência de recursos dos entes controladores e a fragilidade em mecanismos de governança das empresas públicas.

Tratou-se de estudo exploratório, com o tema (Passivo Atuarial) ainda pouco difundido no setor público, circunstância verificada pela dificuldade na coleta de informações sobre esse assunto. Ademais, em grande parte das avaliações, não se evidenciou presença forte de fiscalização por parte das empresas analisadas - conselhos de administração e fiscal ou auditoria interna -, tampouco dos órgãos de controle da União no que diz respeito à evidenciação de passivos atuariais. Vale destacar que a atuação de órgãos de fiscalização não foi objeto de análise nesta pesquisa. Ademais, vários fundos de pensão responsáveis pela administração de recursos das empresas avaliadas não apresentam transparência razoável das informações atuariais das empresas patrocinadoras deste estudo. Tratou-se, nesse caso, de limitação relevante a essa pesquisa.

Após a análise de dados, a aplicação da técnica de regressão logística demonstrou que o único aspecto capaz de influenciar significativamente a evidenciação de passivos atuariais por parte das empresas públicas é o nível de governança corporativa. No caso dessa pesquisa, a análise permitiu averiguar que 26 empresas possuem níveis de governança fracos ou insuficientes, ao passo que 20 empresas demonstram bons níveis para seus mecanismos de governança. Realmente, conforme abordado nesta pesquisa, observou-se a importância da manutenção de bons mecanismos de governança para o atingimento dos objetivos das organizações, assim como a fragilidade desses mecanismos pode causar prejuízos a essas entidades.

É notório que a evidenciação dos passivos atuariais foi diretamente influenciada pela boa governança apresentada por parte das empresas avaliadas. Essa relação pode ser explicada de diversas formas. Algumas empresas negociam em Bolsas de Valores e por isso são mais cobradas por transparência e pela fidedignidade das demonstrações

contábeis. Além disso, outras empresas podem possuir acordos de cooperação com outras entidades, o que normalmente exige níveis mais robustos dos mecanismos de governança. Dessa forma, no caso da evidenciação dos passivos atuariais, a margem de manobras das empresas com boa governança diminui bastante.

De outra maneira, as empresas que apresentaram baixa governança e, conseqüentemente, fragilidades na evidenciação dos seus passivos atuariais possuem, em grande parte, falhas em suas linhas de defesa. Isto é, os conselhos de administração e fiscal, as diretorias e as auditorias internas, possivelmente, apresentam falhas na mitigação de riscos que impedem o atingimento de objetivos das organizações, entre eles, a fidedigna evidenciação de passivos atuariais.

É importante ressaltar que futuros estudos podem e devem se aprofundar mais sobre o impacto que a dependência de recursos pode causar na atuação de gestores de empresas públicas acerca do reconhecimento de passivos atuariais. Verificou-se, neste estudo, que praticamente a totalidade das empresas analisadas possui algum tipo de dependência com seu ente controlador, seja financeira, de insumos ou de clientes exclusivos. Não obstante, no modelo regressivo estimado, a dependência de recursos não foi considerada significativa para influir na decisão sobre a divulgação ou não do passivo atuarial das empresas.

Outro aspecto relevante que deve ser enfatizado se refere ao fato de 50% das empresas analisadas não divulgarem seus passivos atuariais ou, pelo menos, apresentaram notas explicativas sobre o tema, em que pese a exigência exarada pelo CPC 33 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012). Embora a normatização do assunto demonstre a necessidade de se contabilizar os passivos atuariais de forma tempestiva e completa, várias empresas parecem ignorar a evidenciação desses benefícios a empregados. Nesse sentido, tal fato denota fragilidade sobre a fiscalização de empresas patrocinadoras e seus fundos de pensão. Novamente, essa regulação não foi objeto de análise desta pesquisa.

Por fim, o principal ponto desta pesquisa foi a constatação de que bons mecanismos de governança podem auxiliar a manutenção de boas práticas de gestão, nesse caso, a evidenciação de passivos atuariais. Foi possível, também, associar o baixo nível de mecanismos de governança, por parte, principalmente, da primeira linha de defesa¹ das empresas avaliadas às fragilidades de evidenciação dos passivos atuariais. Além do mais, verificou-se a importância da boa gestão em torno da dependência de recursos de empresas públicas, no intuito de possuir os insumos necessários à sobrevivência, ainda que esse aspecto não tenha sido considerado relevante no resultado desse trabalho.

1 A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

Referências

ALDRICH, H. E.; PFEFFER, J. ENVIRONMENTS OF ORGANIZATIONS. **New York State School of Industrial and Labor Relations**, Ithaca, 1976.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. **Economia das organizações**: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000., 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 21 Jan 2019.

CAIXE, D. F.; KRAUTER, E. A influência da estrutura de propriedade e controle sobre o valor der mercado corporativo no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, 24, n. 62, 2013. 142-153.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados**. CPC. São Paulo, p. 46. 2012.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. Métodos de Pesquisa. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4ª. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency. **Journal of Financial Economics**, Nova Iorque, 1976.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7a Ed. ed. Lisboa: ReportNumber, 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Boletim das Empresas Estatais Federais, 2018. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/8_boletim_v05.pdf>. Acesso em: 16 fev 2019.

MOTA, J. L. D. S.; SILVEIRA, A. M. D.; BORGES, L. F. X. Exemplo de modelo referencial de governança corporativa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, 13, n. 26, 2006. 191-222.

PEREIRA, J. M. A GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO, Viçosa, 2010.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. **The external control of organizations: a resource dependence**. Nova Iorque: Harper & Row, 1978.

SILVEIRA, A. D. M. D. Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil, São Paulo, 2004.

SILVEIRA, A. D. M. D. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável